

O ESTADO DO ESPETÁCULO¹

[Gostaria de dar algumas explicações antes de iniciar esta palestra.² O que vocês vão ouvir baseia-se no capítulo final de um livro que escrevi juntamente com três colegas do coletivo da Bay Area: Iain Boal, Joseph Matthews e Michael Watts. Cada linha desse trabalho foi discutida e reescrita em conjunto. O livro intitula-se *Afflicted Powers: Capital and Spectacle in a New Age of War*. É claro que uma parte dos argumentos que vou apresentar aqui derivam das idéias contidas nos demais capítulos desse livro, mas expô-lo integralmente tomaria tempo demais. Adianto apenas que os fundamentos da análise que pretendo desenvolver sobre a “política do espetáculo” são discutidos em um capítulo anterior do mesmo livro, intitulado “The State, The Spectacle and September 11” (O Estado, o espetáculo e o 11 de setembro), publicado em versão preliminar na edição de maio/junho de

- 1 Este ensaio foi adaptado de “Modernity and Terror”, originalmente publicado em *Afflicted Powers: Capital and Spectacle in a New Age of War*, em co-autoria com Iain Boal, Joseph Matthews e Michael Watts. Londres: Verso, 2005, pp. 171-96.
- 2 O autor refere-se à palestra “A modernidade e seus inimigos”, proferida no Centro Universitário Maria Antônia, em São Paulo, a convite do Ceuma e do Departamento de Artes Plásticas da ECA-USP, em 1º de fevereiro de 2005. [N.O.]

2004 da *New Left Review*. No capítulo que precede a conclusão de *Afflicted Powers*, examino com alguma profundidade o fenômeno do Islã revolucionário no intuito de relacioná-lo mais estreitamente às complexidades atuais da sociedade islâmica.

Vocês notarão que de vez em quando me refiro a uma entidade pensante que denomino de “a esquerda”. Estou perfeitamente consciente dos problemas implícitos nessa referência e os discuto na Introdução de *Afflicted Powers* – para não dizer no próprio título. Mas, para o bem ou para o mal, a esquerda continua a ser minha interlocutora. Começemos então. Minhas primeiras palavras vêm de Nietzsche, em *Além do bem e do mal*.]

O instinto que os leva a se afastarem da realidade *moderna* não está refutado – que nos interessam suas vidas retrógradas e tortuosas! O essencial neles não é que desejem ir “para trás”, mas que desejem ir *embora*! Um pouco mais de força, impulso, ânimo, senso artístico: e desejariam ir *além* – e não para trás!

Não começo este artigo com Nietzsche porque concorde com ele, mas porque a citação remete diretamente à crise atual – ao eterno transe da modernidade, e aos que a ela se opõem –, ainda que, em última instância, a jocosidade “nietzschiana” à guisa de resposta seja inútil. A situação é muito pior do que Nietzsche jamais imaginou. Sua concepção da felicidade do Último Homem, que continua a assombrar todas as descrições razoáveis da modernidade – isto é, um futuro em que “todos querem o mesmo, todos são iguais: quem sente de outra maneira vai voluntariamente para o hospício” – me parece passar ao largo de todo o horror do momento atual. A felicidade do Último Homem está em construção e a unanimidade rasteira que essa felicidade promete ainda é a última (e iminente) distopia. Mas quem teria sonhado, e há tão pouco tempo, somente cinco anos atrás, que o Estado do Prozac em breve se revelaria o Império do Choque e do Terror? Quem poderia prever que o deslumbrado contentamento do mundo-imagem do século XXI acabaria sendo progressivamente ofuscado por uma universal e impiedosa “Vontade de Retorno”? E uma “Vontade” que foi capaz de tirar proveito justamente da tecnologia do Último Homem – o aparato do espetáculo – que se destinava a destruir.

Esta análise só pretende ser nietzschiana no sentido de que seu objetivo é compreender o horror do presente como mais uma crise na interminável sucessão de crises da *própria modernidade*; no sentido de que não se frustra nem se apavora com o retorno do antigo, do retrógrado e do atávico para interromper o festim consumista; e de que considera que o recrudescimento do passado atesta a verdadeira face da modernidade que temos – o presente falsificado e o sonho ainda mais fraudulento do futuro –, e por isso empurra sem cessar, em sua periódica “humanidade”, para o que está sendo mobilizado mais uma vez. O terceiro grande tratado de Nietzsche em seu *A genealogia da moral*, que junta os fios de sua análise da religião, tem o título de “Qual o significado dos ideais ascéticos?”. Creio que a esquerda, nas circunstâncias atuais, desafiada pelo fenômeno da Al Qaeda, somente poderá contribuir para uma política do futuro se fizer a si mesma a pergunta de Nietzsche; e de uma forma que incida de modo perturbador em sua própria história. “Qual o significado do ideal da vanguarda?” – eis a questão. (Ou, de outra maneira, “O que significa ser militante?”. Ou, ainda, “Por que o leninismo não morre nunca?.”) Por que os seres humanos, expostos à crueldade e à decepção do presente, parecem ser atraídos inelutavelmente para uma ou outra versão do “ideal do guerreiro” (ou o do guerreiro combinado com o do autoflagelador): dureza de espírito, implacabilidade, comprometimento irrestrito, isolamento contra a insignificância da vida cotidiana; enfim, uma dedicação à Morte – a fazer, forçar, a história, e a reescrever o futuro de acordo com a escritura de algum funesto Messias?

Os perigos são evidentes. A última coisa que eu faria nos argumentos que se seguem é reduzir a resistência do mundo muçulmano à modernidade a um modelo simples de Unidade e Jihad. Em suas formas atuais, o islamismo, que ainda passa por mutações e metástases nas cidades miseráveis do mundo do Banco Mundial, está longe de ser um movimento solitário de vanguarda. O livro do qual se originou este ensaio traz imediatamente antes deste um capítulo intitulado “Revolutionary Islam” [Islã revolucionário], que tenta analisar toda a complexidade e ambigüidade da política islâmica nos últimos vinte anos. Por ora, direi apenas – como deliberada contraposição ao hoje costumeiro e vulgar apelo à complexidade e compreensão, que facilmente se converte em desculpa para não dizer nada – que o fenômeno da Al Qaeda

ainda é fundamental e impossível de evitar. Não se pode considerar o islamismo equivalente à sua vanguarda revolucionária; no entanto, infelizmente, o mundo jamais esteve diante da evidência clássica de um campo tão propício aos ideais da vanguarda quanto os bilhões de novos habitantes de cidades como Jacarta, Karachi, Abidjã, Cartum, Dacca, Casablanca, Manila e a Grande Cairo. Clássica, mas sem precedentes. Nunca se viu antes, em tal extensão e em tamanho estado de irremediável pobreza e incertezas, a matéria-prima humana que a vanguarda tenciona mobilizar (e sacrificar). A assustadora realidade é que nunca antes os miseráveis da terra existiram em tal situação híbrida de perplexidade e fúria, com as imagens de consumidores satisfeitos despejadas todas as noites pela televisão à platéia de seus novos servos endividados, em quartos alugados a preços escorchantes.

Vocês devem estar lembrados de que Nietzsche não menosprezou o grande fato com que tentava se defrontar: ele queria compreender o propósito – não só o apelo, mas a função histórica – do impulso à renúncia e ao sacrifício de si que tanto dominava as idéias que as pessoas tinham de si mesmas. A esquerda deveria refletir sobre a Al Qaeda com esse mesmo espírito, fazendo soar lado a lado as palavras e as ações de Bin Laden, de Lenin, Blanqui, Mao Zedong, Baader e Meinhof, e Durruti. O ideal dessa vanguarda tinha, sem dúvida, uma função: seu caráter implacável, secreto e sua impiedosa instrumentalização dos seres humanos foram uma resposta, ainda que distorcida, a uma série de condições ou possibilidades reais de reconstruir nossos (sempre) “*afflicted powers*” [poderes feridos]. *O ideal dessa vanguarda era uma resposta compreensível à realidade que a imagem do homem encapuzado de Abu Ghraib agora sintetiza: a realidade da história. Compreensível mas não menos sinistra, tanto para a vítima como para os que trabalhavam, no mesmo momento, com a finalidade de erigir uma política na qual a “vítima” pudesse tornar-se agente da mudança, em vez de mais um escravo anônimo na grande procissão dos encapuzados, sempre prontos a ser guiados por Moisés para a terra prometida. Sonho com uma resposta à pergunta “o que significa o ideal da vanguarda?” que mantenha uma linha de equilíbrio entre a exaltação de um ideal – a percepção geral é que na Al Qaeda esse ideal encontrou uma expressão perfeita e radical – e o discernimento das forças em que se sustenta.*

Retomemos então o fio da meada, voltando à conjuntura dos últimos quatro anos. Hoje em dia, qualquer tentativa de análise política tem de começar, creio eu, por uma caracterização das novas condições criadas em setembro de 2001: isto é, sua profunda e desconcertante duplicidade. Fomos de súbito jogados numa época de terrível atavismo, um mergulho em antigas lutas ideológicas e geopolíticas que nos fazem recordar ora a “corrida para a África”, ora as “guerras de religião”. Mas esse brutal retorno do passado vem acompanhado – e aí reside o verdadeiro desafio à compreensão – por uma mobilização política igualmente monstruosa (e a queda na cilada) do aparato de uma moderna, para não dizer hipermoderna, produção de *aparências*. Interesses e repertório de imagens colidem. Um imperialismo sem máscaras une-se ao controle da “informação”. Erros ou excessos na administração do mundo da imagem produzem consequências políticas imediatas, como logo descobriu Aznar³ na esteira dos ataques da Al Qaeda em Madri. E a derrota total na guerra das aparências é algo que nenhuma potência hegemônica da atualidade pode tolerar. Se a esquerda pretende sobreviver como uma entidade política, sua grande tarefa (teórica) será então a de refletir sobre a relação desse atavismo com a neomodernidade [*new-fangledness*], enquanto aspectos inter-relacionados do sistema mundial nascente.

Que forma deverá assumir o pensamento político nessas circunstâncias? Sonho com uma forma de análise disposta e capaz de alternar, página por página, parágrafo por parágrafo, entre a dura e desagradável objetividade dos dados materiais – a frieza dos dados sobre lucros, as pilhas de estatísticas sobre óbitos e pobreza – e uma indagação mais ampla acerca das formas vigentes de controle social. Essa dupla perspectiva, repito, é fiel à realidade do momento. Disso não se deve concluir apressadamente que “materialidade” nesse caso é sinônimo de capitalismo e que “espetáculo” corresponde a um mundo-imagem descarnado, ou a um domínio de representações (impalpáveis) internalizadas. O espetáculo é um exercício de poder social. Violenta os atores humanos tanto quanto a disciplina da linha de produção. O espetáculo provém do cano de uma arma de fogo. Na equiparação entre “atavismo

3 José María Aznar, Primeiro-ministro espanhol de 1996 a 2004. [N.T.]

e neomodernidade, também é preciso atenção para não atribuir prontamente um ou outro fator da situação atual a uma ou outra dessas categorias. Neomodernidade não é análogo a espetáculo. Atavismo não é análogo a guerra ou à Al Qaeda. O objeto da análise política atual – se tivesse de resumir-lo numa frase inevitavelmente deslegante – são *as contradições do neoliberalismo militar nas condições do espetáculo*. Diferenciar o velho do novo nessa confusão infernal não vai ser fácil.

É preciso dessacralizar o conceito de “espetáculo”. É preciso aplicá-lo localmente e de modo conjuntural, fazê-lo sujar as mãos com os detalhes específicos da política e apeá-lo de sua posição de explicação profética definitiva de todas as coisas. É preciso pensar na idéia de que o espetáculo tem uma história em curso e não é automaticamente capaz de assimilar cada evento desestabilizador. Um mundo-imagem pode entrar em crise, como me parece ter acontecido em setembro de 2001. E dizer isso não envolve nenhum veredicto definitivo sobre a profundidade da crise ou sobre o perigo a longo prazo que representa para a administração simbólica do aparato do espetáculo. A crise pode ou não ser passageira. Mas é uma crise. O mundo das aparências sofreu em certa medida uma reconfiguração. Mas o fato de reconhecermos que o aparato imagístico é capaz de recuperar aquele momento inaugural – de até admitirmos que a “crise” é um repetido tropo do espetáculo em si, sempre mostrando na tela lampejos da ameaça e do fascínio de alguma forma de “modernidade” – não nega a necessidade de descrever as forças que hoje, de maneira específica e impossível de ser repetida, o põem em questão.

Que ocorreu, então, no dia 11 de setembro de 2001, do ponto de vista político e estratégico? E como política e estrategicamente os Estados Unidos da América responderam ao fato? Há riscos, sem dúvida, em formular a questão dessa maneira. Por que seguir a deixa do próprio espetáculo e escolher esta atrocidade entre tantas outras – inevitavelmente alçada ao novo poder da ideologia pelo estúpido recurso de digitalizar sua data – como marco de uma guinada na história mundial? Até que ponto a verdadeira dinâmica (e patologia) do poder ameri-

cano é exorcizada ao se fixá-la numa única imagem-evento isolada, assim como a vitória americana na Guerra Fria foi representada em retrospecto pelo mantra, mágico e avesso a toda análise, da “Queda do Muro de Berlim”? Há momentos em que me parece fácil solidarizar-me com aqueles colegas que, em parte como reação à verborragia enjoativa e pseudo-apocalíptica desencadeada pelos acontecimentos de setembro de 2001 (que, aliás, não demonstra sinais de estancar), chegaram a menosprezar as explosões como tantos outros acontecimentos insignificantes, *attentats*, gestos simbólicos desesperados de quem não tinha capacidade concreta para causar dano algum.

“Gestos simbólicos desesperados.” Concordo com todas as palavras desse diagnóstico. (Como fazem, ao que parece, os que os perpetraram. Neles, o milenarismo se uniu ao niilismo para formar um composto de caráter nitidamente hipermoderno. Quando eles se vangloriam em seus comunicados de estarem “a favor da Morte” – contrapondo-se, por implicação, ao desprezível apego a uma vida que não é digna desse nome –, nunca sabemos se estamos ouvindo o grito de Tyndale na fogueira⁴ ou as palavras de Stavróguin, nas últimas páginas de *Os demônios*, de Dostoiévski. Nos últimos tempos, o século XX vem se parecendo cada vez mais com um amálgama dos séculos XVI e XIX.) E a pergunta que continua em pauta é: Qual a *eficácia* – a força política específica – dessa forma de ação simbólica, desesperada ou não, na economia simbólica denominada de “espetáculo”? O Estado americano foi derrotado *espetacularmente* no dia 11 de setembro. E para esse Estado, a palavra “espetacularmente” não quer dizer “superficialmente” nem indica um epifenômeno. No dia 11 de setembro, o Estado americano foi ferido em cheio no coração, e ainda o vemos, quase quatro anos depois, golpeando às cegas a cara de uma imagem que não consegue exorcizar, e tentando desesperadamente fazer com que a derrota se converta em termos aos quais possa responder.

4 William Tyndale (1494-1536), reformista e tradutor inglês. Traduziu a Bíblia do hebraico e do grego para o inglês, contrariando a determinação da Igreja Católica, que proibia severamente qualquer pessoa leiga de ler a Bíblia. Morreu estrangulado e depois teve o corpo queimado na fogueira. Suas últimas palavras foram: “Senhor, abra os olhos do rei da Inglaterra”. [N.T.]

O terror de setembro foi inovador. Não fez exigências, não deu explicações. Fundamentou-se na crença (que aprendera com a cultura que tentou aniquilar) de que uma imagem vale mais que mil palavras, que uma imagem, no estado atual da política, é por si só, quando bem produzida, uma peça específica e eficaz da gestão do Estado. Claro que os pilotos-mártires sabiam que derrubar as torres gêmeas não teria nenhum efeito prático, ou quase nenhum, para barrar os circuitos atuais do capital. Mas os circuitos do capital estão vinculados, no longo prazo, aos circuitos da sociabilidade – padrões de crença e desejo, níveis de confiança, graus de identificação com as virtudes da mercadoria. No raciocínio estratégico dos terroristas, esses aspectos fazem parte de um repertório de imagens sociais ainda (e sempre, interminavelmente) fabricado pelas perpétuas máquinas de emoções. Supondo-se que essas máquinas fossem momentaneamente capturadas e nelas aparecesse a imagem perfeita da negação do capitalismo, seria isso suficiente? Realmente suficiente para desestabilizar o Estado e a sociedade, e desencadear uma sucessão de bazófilias e paranóias de conseqüências políticas a longo prazo, no mínimo imprevisíveis, para a ordem capitalista mundial?

Os terroristas (reformulando ligeiramente a frase) seguiram a lógica do espetáculo até sua conclusão funérea. Relembrando o famoso aforismo de Debord – “o espetáculo é o capital em um grau tal de acumulação que se torna imagem” –, o que poderia sintetizar melhor esse processo que o World Trade Center (com seu gigantismo duplicado)? E que outra maneira melhor de derrotá-lo – isto é, derrotar sua instrumentalidade social ou seu poder sobre a imaginação do consumo – que destruí-lo literalmente diante das câmeras?

No nível da imagem (esta é a nova aposta do terrorismo), o Estado é vulnerável, e esse nível é atualmente uma parte indispensável do aparelho de auto-reprodução do Estado. O terror pode apoderar-se por um momento da máquina de imagens – e um momento, na câmara de eco intemporal do espetáculo, pode ser eterno – e usá-la para amplificar, reiterar, acumular a visão pura e simples da derrota. Confermando as expectativas dos terroristas, passados os primeiros dias, a queda das torres gêmeas tornou-se exatamente a imagem que *não*

devia ser mostrada nos Estados Unidos.⁵ O tabu apenas tornou a pós-imagem mais palpável e eficiente. Tudo o que se passava na cultura, e ainda se passa, tem relação com esse evento-imagem do passado; nada na cultura pode aludir diretamente ao evento. O silêncio da chamada “cultura popular” diante do 11 de setembro é ensurdecador. (É mais ou menos como se a música comercial nos Estados Unidos de meados do século xx não tivesse nada a dizer sobre a guerra, as relações raciais ou a Depressão, ou mesmo sobre o novo mundo das mercadorias e dos eletrodomésticos. Na realidade, a cultura popular falou muito disso tudo – talvez porque o adjetivo “popular” ainda revelasse algo real de seu público e de suas matérias-primas. Mas isso foi há muito tempo, claro: a obediência total da indústria cultural de hoje aos protocolos da guerra contra o terror – a assimilação e reprodução imediata das proibições e paranóias do Estado – é uma demonstração concreta, como se precisássemos disso, da extinção dos últimos vestígios de insubordinação nos estúdios da Time Warner.)

Eu diria que a lógica dos pilotos era em parte fantasia, em parte lucidez, levada ao grau da demonstração. Pode-se alegar que os novos terroristas sucumbiram à tentação do espetáculo em vez de inventar uma forma de driblá-lo ou contestá-lo. Foram os defensores da idéia (brilhante, por sinal, o que apenas revela a crueldade fundamental da idéia) de que o controle da imagem é atualmente a chave do poder social, e que o poder-imagem, como todas as demais formas de propriedade e dominação sob o capitalismo, subordinou-se a um inelutável processo de concentração, de modo que hoje esse controle se manifesta em determinados lugares, monumentos, pseudocorpos, ícones, logotipos, não-eventos fabricados, que são identificáveis (e vulneráveis). Isto é, signos que em seu próprio vazio e inutilidade (a arquitetura das torres gêmeas é um bom exemplo disso) governam o mundo imaginário; signos cuja nulidade concentrada e materializada representa uma nova oportunidade para o terrorismo de amedrontar, humilhar e virar o mundo de cabeça para baixo.

5 Um comercial da campanha de Bush em março de 2004 quebrou a regra da invisibilidade e foi retirado do ar (com desculpas servis) em questão de horas.

Qual o resultado político desses acontecimentos? De um lado, como se sabe, o ressurgimento do imperialismo, tendo como *slogans* as palavras “modernidade” e “democracia”, em lugar da antiga promessa da “civilização”. De outro, a entronização de um poder soberano no centro das coisas, que não mais hesita em declarar que a *guerra sem fim* é sua *raison d'être*, e promove uma forma paralela de governo – uma segunda forma autoritária de governo – em que o segredo é essencial e a burocracia não tem de prestar contas, nem sequer formalmente, ao Estado de direito. A *primeira* forma desse poder soberano – e não estou negando a necessidade permanente de os Estados Unidos controlarem a esfera do não-secreto – está cada vez mais afinada com o feixe de técnicas e prioridades do chamado “espetáculo”, e, dessa forma, é cada vez menos capaz de tolerar a possibilidade da derrota espetacular. Mas essa é a condição em que o governo vive até certo ponto desde o 11 de setembro. E a resposta que vem dando às circunstâncias, no Oriente Médio pelo menos, o está arrastando cada vez mais para perto de uma situação em que a derrota espetacular pode vir a complicar-se (em certo sentido, pode ser precipitada) por um real fracasso estratégico. Ainda não está claro – para usar as palavras mais isentas que me vêm à mente – de que maneira as brutalidades da acumulação primitiva podem ser apropriadamente atendidas na era da Al Jazeera e do torturador que usa uma câmera digital Toshiba PDR.

Jactar-se perante o Parlamento, como Churchill em 1920, dizendo que “não entendo essa sensibilidade com o emprego do gás... Sou inteiramente favorável ao uso do gás venenoso contra a disseminação do terror por parte de tribos não-civilizadas”, é uma coisa.⁶ Parlamentares respeitáveis o compreenderão, mesmo que discordem. (O imperialismo liberal não morre jamais.) A situação é bem diferente, me parece, se as platitudes da liberalização são alardeadas, mesmo para uma platéia de bajuladores do Partido Trabalhista, enquanto todas as noites a televisão mostra os gritos de um homem nu arrastado por uma coleira.

6 Citada em Geoff Simons, *Iraq: From Summer to Saddam*. Nova York, 1994, p. xiv. Em 1920, Churchill era secretário de Estado do Gabinete da Guerra e estava defendendo a autorização dada ao comando da Força Aérea Britânica no Oriente Médio para empregar armas químicas “contra os rebeldes árabes”.

E o que acontece em resposta? Certamente nada que *surpreenda* o mundo: a mais recente mutação do ideal da vanguarda – que vai buscar seu pessoal e suas idéias básicas de organização diretamente nos fracassados leninismos de alguns anos antes. Uma guerrilha globalizada, de amores com a nova mídia, inebriada na clandestinidade, e que acredita num mundo de “bases” com fervor igual e contrário aos dos seus adversários.

Permitam-me voltar agora à minha adaptação da pergunta de Nietzsche. E multiplicá-la por dois. A questão implícita na nova conjuntura (“o que significa o ideal da vanguarda?”) não pode ser respondida adequadamente sem que se proponha uma segunda pergunta: “Como se deve entender a forma atual da modernidade (e, por conseguinte, a forma atual da resistência à modernidade)?”

Analiso a segunda pergunta antes da primeira. Começo com descrições propositadamente mínimas e triviais, sem fazer o menor esforço para disfarçar sua parcialidade, concentrando-me nos aspectos da condição moderna que me parecem ser fundamentais para a rejeição que despertaram no Islã revolucionário. Eu gostaria de caminhar em direção a uma oposição à modernidade que não tivesse nada em comum com a da Al Qaeda – ou ao menos insinuar tal oposição, ou pelo menos estabelecer suas coordenadas básicas –, mesmo reconhecendo o que existe na modernidade que provoca a reação da Al Qaeda. Uma crítica do moderno não-ortodoxa, não-nostálgica, não-rejeitadora, não-apocalíptica, que deve ser hoje a tarefa da política da esquerda. Caso contrário, o terreno da oposição ao estado atual das coisas será permanentemente ocupado por uma forma ou outra de fundamentalismo.

Quando exatamente surgiram na história da humanidade as primeiras sociedades não-orientadas para o passado – isto é, para a preservação da continuidade, a veneração aos ancestrais, a transmissão da Palavra ou do Sinal – é uma questão que dificilmente obtém concordância entre os estudiosos. E mesmo o que causou essa mudança. Aliás, que tenha havido a mudança continua a ser o terrível problema que nos aflige. Certas sociedades deixaram o passado para trás, ou tentaram, e começaram a perseguir o futuro que projetaram – um futuro de produtos, prazeres, liberdades, controles sobre a natureza,

A vanguarda da mídia ali

X Woodrow
+ H. B. ...

+ trazer o passado na ...

Alto ...

imensidade de informações. Esse processo foi acompanhado por um assustador esvaziamento e higienização da imaginação. Pois sem a Palavra, sem as complexidades imaginárias e reais da estrutura de parentesco, sem o passado a impregnar os detalhes da vida cotidiana (na maioria das vezes de modo assustador), o significado tornou-se mercadoria escassa – se entendemos por “significado” a forma de valor e de entendimento consensuais e institucionalizados, ordens implícitas nas coisas, narrativas e imagens nas quais uma cultura cristaliza sua concepção da luta contra o reino da necessidade e da dor e da morte. A expressão que Max Weber tomou emprestada de Schiller, “o desencantamento do mundo” – pessimista mas, a meu ver, exultante, com sua promessa de um mundo sem falsas crenças –, ainda é a melhor síntese desse aspecto da modernidade.

Pessimista e exultante. O problema de uma política de esquerda reside justamente aí: na sua peculiar dificuldade de sustentar na mesma descrição essas duas valências. As teses da esquerda sobre a modernidade acabam invariavelmente tendendo para um dos pólos: ou jermiadas sobre a mercadoria e sua produção, ou pálidas louvações a uma utopia técnica que mal disfarça a ansiedade para desatrelar-se (outra vez) das superadas “relações de produção”. O pior de tudo é quando a esquerda se debruça sobre o tema do “consumismo” ou da “sociedade de consumo”. Até Jeremias parece otimista em comparação. Eu também não sou um entusiasta dos canais de venda por televisão nem do Mall of America,⁷ mas a questão é compreender as qualidades e as deficiências de uma forma de vida – por que é tão avassaladora e por que as pessoas estão dispostas a dar a vida para impedir esse poder, para não chafurdar em seu *páthos*.

Vou fazer uma tentativa. É possível aceitar, em primeiro lugar, que o consumismo – a mola propulsora da produção da mercadoria (não a única, é verdade, mas a que efetivamente modifica o ritmo e a estrutura da vida econômica), que a impele a prover o mercado de bens descartáveis, “personalizados”, “da moda” – é a forma atual do capitalismo em escala mundial, que se apresenta como a única via

7 Mall of America, ou Megamall, é um dos maiores *shopping centers* dos Estados Unidos, localizado em Minnesota. [N.T.]

para o futuro? E que o consumismo, como visão de uma vida desejável, não tem concorrentes na atualidade, ou melhor, nenhum rival que não prometa um retrocesso, o abandono a um só tempo dos apetites e do futuro? Trata-se de uma *visão* – vamos aceitá-la, ainda que relutantemente. Ou seja, é uma visão que oferece aos seus adeptos uma aparente saída ao desencantamento do mundo, porque de novo promete preencher o mundo-da-vida de significados, de respostas mágicas a desejos profundos, de modelos do ter, do ser e do compreender (experimentar) o Tempo em si. A falsa *profundidade* do consumismo é que aturde seus opositores e os joga nos braços da vanguarda. Para eles, o capitalismo, na forma da “sociedade de consumo”, já se tornou cabal e verdadeiramente um estilo de vida por oposição a um conjunto (ofuscante) de meios e relações de produção. Dizer então que o consumismo é uma religião (como é praxe entre seus adversários) é uma afirmação séria, embora não muito exata. O consumismo (na famosa intuição de Marx) está mais para uma nova forma de totemismo – usando-se essa última palavra sem nenhum tom de menosprezo. Promete um mundo em que objetos apropriáveis e descartáveis cumprem a tarefa de desejar e compreender em nosso lugar, conformando nossos desejos, modelando nossas fantasias, dando significado às coisas.

O apelo dessa concepção não tem mistério algum. Ela joga com uma predisposição humana profunda (talvez essencial), de dotar de um poder mágico a manipulação de objetos, e oferece uma solução para o déficit fundamental de significado do mundo real. E, no presente momento, essa visão das coisas não tem concorrentes, se o que estamos buscando são modelos alternativos do que fazer com o potencial produtivo do capitalismo – o que fazer de acordo com as capacidades humanas, isto é, a serviço de uma versão do humano que sirva às nossas capacidades coletivas. Chegamos a um estranho momento em que é necessário declarar nos termos mais elementares o que está errado – o que é radicalmente insuficiente – nas promessas da sociedade de consumo.

Sem lamentações, é claro. Objetos pessoais, inclusive de produção em massa, vão continuar a ser, naturalmente, um dos principais meios de operacionalização de significados e desejos em qualquer sociedade humana concebível. Mas eles não podem realizar nem realizam a magia a que são convocados atualmente. As mercadorias só

podem encarnar significados humanos, modificá-los e desenvolvê-los, se forem constantemente submetidas a reorientações – mudança de função, mudança de valoração, *restabelecimento de sua condição de mera instrumentalidade* – em um mundo de significados que é muito mais vasto que aquele que qualquer *objeto* pode evocar. Os objetos não podem ser a forma predominante de imaginar desígnios ou expressar necessidades humanas. Menos ainda quando esses objetos são padronizados e acrescidos de assinaturas “personalizadas”, como as cerejas num bolo. E não podem realizar essa função se a mágica depende cada vez mais, como acontece na sociedade de consumo, de sua (imaginária) separação do humano – de sua presença coletiva num mundo em que parecem quase criar significados por conta própria, em resposta não aos que os utilizam, mas a outros objetos da mesma espécie, como se a ação da mercadoria se desse num mundo onírico cada vez mais sobrecarregado de aparências.

Claro que os verdadeiros produtores desse mundo de aparências reconhecem na prática todas as insuficiências que mencionei. Afinal, eles são realistas. Sabem muito bem que as mercadorias somente se apropriam de qualidades humanas, poderes humanos reais, a partir do mundo que simulam aperfeiçoar e superar. Por isso, o espetáculo – o que acabo de descrever é uma de suas funções centrais, a de tornar as mercadorias desejáveis – é o eterno parasita dos valores semimortos de uma sociabilidade em processo de desaparecimento. Ele injeta em seus objetos doses homeopáticas de “comunidade”, “respeito pela tradição”, decência, lealdade, ternura, ingenuidade, excentricidade, atenção carinhosa – em suma, amor. A operação é fatal e mascara os valores que canibaliza. Para que a “atenção carinhosa”, o “amor” e o “estar com os outros” sejam agregados como valores a variantes mínimas do mobiliário doméstico ou dos processadores eletrônicos de informação, é necessário esvaziar esses valores de toda e qualquer dificuldade, da mais diminuta recalitrância. O que há de mais deprimidamente no consumismo não é que não cumpra suas promessas de felicidade – é isso que possibilita contestá-lo –, mas que sua ação remova as entranhas de tudo que poderia servir para construir a felicidade humana (e para o reconhecimento da infelicidade).

É verdade; no fim, acabei não conseguindo reprimir minha aversão. Mas nunca pretendi fazê-lo: a idéia era avançar passo a passo para

um nível em que coubesse a verdadeira hostilidade em lugar do repúdio desdenhoso. O que me traz de volta à Al Qaeda. O Islã revolucionário – para voltar à trivialidade com que comecei – é um movimento que nasce da rejeição a muitas facetas particulares da condição moderna. Ele se bate contra os legados do colonialismo e contra o atual retorno do colonial reprimido; desenvolve-se a partir do angustiante fracasso do Estado-nação nasserista laico. E criou um discurso sobre o horror do mundo urbano neoliberal – nessa linguagem reside a grande força do seu ódio arcaico. Eu diria que o aspecto mais importante da constituição da Al Qaeda é sua mistura de atavismo com neomodernidade. Seus melhores recrutas provêm exatamente do mundo no qual vigoram as mercadorias e os *gadgets* que acabei de descrever. Entre os vários aprendizados sobre a modernidade pelos quais passou, o Islã revolucionário *foi obrigado a suportar toda a força do consumismo*, suportá-lo de um modo, e com uma intensidade, somente realizável pelos que vivem em sociedades nas quais o consumismo ainda é em parte realidade, em parte sonho de um futuro. Jamais seremos capazes de compreender o ódio e o desprezo pela “Vida” moderna que os comunicados dos revolucionários islâmicos continuam a extravasar enquanto não dermos novamente a devida importância ao que eles suportaram, a tudo o que sofreram.

Isso vale, sobretudo, para o modelo de *temporalidade* que a “sociedade de consumo” oferece aos seus súditos (porque no cerne da rejeição da Al Qaeda ao Ocidente encontra-se, acima de tudo, uma concepção distinta de passado, presente e futuro).

A modernidade, principalmente em sua manifestação como sociedade de consumo, é cada vez menos capaz de oferecer aos seus membros maneiras de viver no presente e de aceitar o fluxo contingente do tempo. A razão disso é que a modernidade aposta tudo na celebração e perpetuação do aqui e agora. Nos últimos tempos, construiu um extraordinário aparato para permitir às pessoas imaginar, arquivar, digitalizar, objetivar e se apossar do momento. Parece que o aqui e agora não é tolerável (ou, no mínimo, não inteiramente real) a não ser que seja narrado ou mostrado, imediata ou continuamente, para os outros – ou para nós mesmos. O telefone celular, o *digital replay*, a troca instantânea de mensagens por computador, a conexão em tempo real, o *video loop*. Longe de mim dizer – logo eu que sou um

apaixonado pela imagem – que dar forma visual a uma experiência significa não vivê-la. Depende, é claro, de que e para que serve a construção da imagem. Existe, no entanto, uma espécie de visualização, que todo mundo percebe por intuição (objeto de duras críticas na linguagem comum), que consiste em sua essência de um mecanismo de defesa – um modo de deliberadamente isolar o momento, distanciar-se do *não-vivido*, do *não-significativo*. Voltarei a esse assunto.

A cultura do consumo tem muitas facetas. Por exemplo, todos esses dispositivos que servem à objetificação do instante são hoje acompanhados pelo reino sempre ampliado da aparência da mercadoria – na publicidade, no *design*, na performance integral da vida da mercadoria, em comerciais e no mundo da informação-entretenimento –, tudo isso mais e mais voltado para o passado. Antigamente, as mercadorias faziam promessas relacionadas sobretudo com o futuro. Hoje, toda uma classe (predominante) de mercadorias existe para inventar uma *história*, um tempo perdido de intimidade e estabilidade, de que todo mundo afirma lembrar-se, mas que ninguém teve. Um pequeno passo separa essa pseudomemória ubíqua da “nostalgia do presente”⁸ – a apresentação estilizada das últimas modas e acessórios como se já possuíssem o glamour do antiquado. E assim por diante. A roda da falsa temporalidade gira cada vez mais rápido.

Não tenho a intenção de entrar nos detalhes da metafísica do consumo – falta-me coragem para tal –, mas de compreender, mais uma vez, o que significa a *oposição* a essa metafísica. Creio que sua origem está na crise do tempo. Afinal, o que significa o atual aparato de mediação, portátil, invasivo, ultramoderno, senão uma tentativa de expulsar da consciência a banalidade do presente – a mortíça realidade do que está acontecendo no momento? A idéia é dar-lhe uma forma separada, à qual se pode *renunciar*. E assim fazer com que seja esquecida. A principal característica dos vídeos que ninguém vê, das fotos

8 Ver Fredric Jameson, “Nostalgia for the Present”. *South Atlantic Quarterly* 88, primavera 1989, pp. 517-37, e Arjun Appadurai. “Consumption, Duration, and History”, *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press/University of Oxford Press, 1996, pp. 66-85.

digitais que nunca são descarregadas no computador, é justamente sua invisibilidade: são a experiência que todos gostaríamos de fingir que nunca tivemos; eles são o não-presente que desejamos esquecer enquanto apertamos as teclas de suas coordenadas no computador de mão, sempre na esperança de que, ao fazê-lo, *outro* presente virá ocupar o espaço do que foi expulso – um presente de continuidades autênticas, com um passado restaurado e por isso mesmo acessível a uma visão não-vazia e não-fantástica do futuro.

O inesgotável entusiasmo do moderno pelos dispositivos da imagem – dispositivos de deslocamento e distanciamento – exige, portanto, um aprofundamento da interpretação. Trata-se, é evidente, de uma forma de submissão a uma nova tecnologia do espetáculo. Não estou negando que a generalização dessa submissão – sua insistência, sua ubiquidade, sua admissão tácita – cria problemas para o poder. A rotina do horror e a vergonha da *coação* têm de ser registradas com frequência e facilidade: e é preciso que assim seja, pois uma experiência que não é duplicada no instante em que se produz *não é* uma experiência. “Aqui estou eu, o terceiro à esquerda no Dia de Ação de Graças em Abu Dhabi; e aqui estou no alto de uma pilha de porcos terroristas.”

Venho sustentando, porém, que a pergunta fundamental a fazer não diz respeito tanto aos efeitos secundários da submissão ao mundo da imagem, mas ao que essa submissão está procurando – o que ela deseja, o que nunca pode encontrar. De algum modo reside aí a resposta à seguinte questão: o que é que, no fundo, os inimigos dessa modernidade não querem? Quem diz que eles rejeitam a mudança, ou a liberdade, ou a reinvenção de si, ou a ilimitada abertura, não entendeu nada. O que os revolucionários islâmicos não conseguem digerir – ou o que sentem já estar tendo de engolir nas cidades inchadas que usam como esconderijo – é a idéia de uma vida *sem um tempo presente*.

Qual é, então, o ideal da vanguarda? Talvez eu consiga formular agora uma resposta. Creio que, em última análise, a pergunta tem a ver com a psicologia política (uma arte pouco desenvolvida): na verdade, o que é preciso explicar é a profundidade e a intensidade do ideal na cabeça dos indivíduos, e principalmente por que o número de convertidos aumenta, em vez de diminuir, quanto mais a modernidade perdura no tempo.

Em certo sentido, o ideal da vanguarda provavelmente constitui-se como uma mutação de formas muito remotas, talvez primordiais, de vínculo humano. Mas é errado considerá-la barbárie ou regressão. O ideal da vanguarda é um fenômeno moderno, inclusive, e principalmente, no desejo de não o ser.

“O que significa o ideal da vanguarda?” Aqui está a *Estrutura profunda* da resposta militante. Não me arrependo de formulá-la de maneira aforística, apodítica. “O que significa o ideal da vanguarda” – permitam-me dizer-lhes:

Significa que escolhi *não ser moderno*, e somente eu posso avaliar o que custa pôr em prática essa escolha a cada minuto. Construí um mundo-da-vida que é a pura negação – a rigorosa inversão, obsessiva, ponto por ponto – da vida moderna que outrora vivi.

Significa que abraço o finito e o íntimo contra o que não tem forma. Escolhi a renúncia aos meus desejos e ao meu bem-estar, a dureza e a crueldade em lugar da complacência. Estou fechado a todo tipo de mensagens que não sejam as mais estritas; repito-as para mim mesmo interminavelmente e as internalizo para esquivar-me da friabilidade, falta de profundidade e exterioridade da “crença” nas condições da modernidade. A recusa à satisfação dos desejos será meu Deus. A vontade premeditada e ritualizada dará fim à contingência. A felicidade do Último Homem não terá sentido algum para mim. O suicídio (a mais moderna das negações) será meu *telos*, e guardo total desprezo pelo não-reconhecimento da morte em que crêem os inimigos. Almejo ao *não-negociado* – a ação, o ato de matar, a chama pura da destruição – como um antídoto ao que vocês, os modernos, estão vivendo, e não sabem como desejam desesperadamente dele escapar: a dança interminável da representação. “A violência sincronizará meus movimentos como uma melodia, / E o Terror qual uma geada estancará a torrente do pensamento.”⁹

Esse é o verdadeiro fato político não-desejado. A vanguarda do Terror é, no presente, a única oposição adequada à modernidade – uma vanguarda irracional e cruel, sem dúvida, mas são justamente

9 W. H. Auden, “Commentary”, *In Time of War*. (“Violence shall synchronize my movements like a tune, / And Terror like a frost shall halt the flood of thinking.”)

esses os atributos com os quais ela mostra a verdadeira face da modernidade, e de uma forma que nenhuma linguagem da Razão ousaria fazer. A vanguarda tem a intuição do futuro. Quanto mais pura e asfixiante é a condição moderna, mais se fortalece o apelo da vanguarda, não como tática política, mas como *forma de vida*.

A mensagem é pessimista, mas não desesperada. Ela quer mostrar à esquerda o significado do vanguardismo, a razão de seu renascimento e em que nível, a longo prazo, a luta contra ela terá de ser empreendida. No nível da modernidade – esta é a nossa proposta. Na elaboração de uma crítica do moderno (para repetir os termos que usei há pouco) que seja não-nostálgica, não-anatematizadora, não-regressiva, não-fundamentalista e não-apocalíptica. A esquerda tem um longo caminho a percorrer até para lançar as bases desse projeto – a recente marola de entusiasmo pelo “virtual” indicou a direção errada –, mas somente da esquerda poderá vir uma verdadeira oposição à modernidade.

São essas as questões prementes e atuais que, a meu ver, a presente crise suscita – não são assuntos para deixar de lado até que a dupla Bush-Blair seja derrotada e as tropas voltem para casa. Até Wolfowitz e Geoff Hoon¹⁰ agora dizem que a “guerra contra o terror” será travada e vencida em última instância no plano da “ideologia”. Claro que eles pensam que a melhor arma do Ocidente nessa guerra é precisamente a realidade – o sonho do espetáculo do consumo – que descrevi. Pode até ser que eles tenham razão. É bem provável que muito mais gente em Mossul ou Jacarta venha a preferir máquinas de lavar roupa e computadores portáteis ao futuro que o exército do Islã tem para oferecer. A vanguarda ideal é um domínio de poucos. É uma ação de retaguarda. Mas uma ação *permanente* de retaguarda, alimentada pelas energias do novo proletariado da cidade, e que continuará a *determinar a forma paranóide de modernidade que adotou como resposta*, salvo se a própria modernidade for posta em questão.

10 Paul Wolfowitz, Subsecretário de Defesa do governo George W. Bush de 2001 a 2005. Geoff Hoon, Secretário de Defesa do gabinete Tony Blair na Inglaterra, de 1999 a 2005. [N.T.]

Voltemos à situação dos últimos anos. Comecei propondo os termos “atavismo e neomodernidade para falar da índole atual da política, e eles reapareceram a propósito da Al Qaeda. O conceito de atavismo, conforme a explicação recente de vários autores, liga-se a um novo conjunto de imperativos capitalistas essenciais – um padrão de carências, omissões e necessidades, em consequência do qual se tenta dar início a um novo processo de acumulação primitiva. A reviravolta é necessária – “Daqui a pouco não vai haver mais lugar algum para explorar nas áreas de extração mineral” é o pensamento subjacente –, mas é claro que envolve um alto grau de risco. Acumulação primitiva (no mundo de hoje) leva à guerra, e a guerra que constrói impérios também os destrói. Acumulação primitiva é sinônimo de guerra, só que uma guerra agora travada em condições inéditas: uma luta armada que é em parte impulsionada por aquele complexo de circunstâncias que chamei de espetáculo e que nele prosseguirá se desenvolvendo. Substitua-se então neomodernidade por “guerra dos *websites*”, o mercado balístico de imagens, a batalha para manter (ou dar fim) à cidadania fraca.

Provavelmente é verdade que os dois últimos anos no Iraque são uma demonstração de incompetência e falta de previsão em muitos níveis. Os planejadores estavam tão deslumbrados com a Revolução nos Assuntos Militares que nunca se deram conta de que não houve nenhuma Revolução nos Assuntos da Ocupação (apesar dos trinta e cinco anos da tentativa de Israel de a construir). Eles se basearam nas mentiras dos informantes exilados. Preferiram ignorar o que sua própria política de sanções econômicas havia feito com a sociedade civil laica, sofisticada, pró-Occidente, que imaginavam estar apenas esperando por uma oportunidade. E por aí vai; a ladainha é bem conhecida. Mas nenhuma falta de preparo foi maior que a dos militares diante de um novo mundo de instantânea e contestada negociação. Em 11 de abril de 2004, quando estava em curso a primeira grande ofensiva contra as tropas de ocupação, perguntaram ao general-de-brigada Mark Kimmitt, então porta-voz militar estado-unidense no Iraque, o que ele diria ao povo iraquiano diante das imagens mostradas pela televisão “de soldados americanos e da coalizão assassinando civis inocentes”. “Mudem de canal”, foi o que ele respondeu. “Mudem para um canal de notícias legítimo, autorizado e honesto.”

A acumulação primitiva terá de ser realizada no contexto do espetáculo: é essa em síntese a nova realidade. E o espetáculo está ele mesmo em processo de mudança. Uma nova rodada de inovações tecnológicas transformou a “alienação em um mundo de imagens” numa realidade generalizada, trivial, *constantemente auto-administrada*. O potencial distópico de um aparato desses é bastante claro. Nas atuais circunstâncias, porém, esse potencial contém pelo menos o efeito colateral salutar de dificultar a manutenção do controle estatal do espetáculo, isto é, o controle absoluto e conjuntural das imagens que é uma necessidade da guerra e da ocupação, ao contrário da “gestão” estrutural e tendenciosa das aparências, própria a um tempo de paz.

A desestabilização tem sido acompanhada por uma mudança ainda mais bizarra no que diz respeito ao espetáculo como território de *crença* – isto é, como algo em que seus controladores e usuários investem psicologicamente e em cujas imagens do futuro assentem. Vinte anos atrás, um dos autores deste texto recorda-se de ter ouvido de um arguto observador que a nova tecnologia cibernética, então nos seus primórdios, iria modificar toda a confiança e agressividade da classe média assalariada. “Esperem e vejam. A burguesia está prestes a apaixonar-se de novo pelo futuro.” E foi isso que aconteceu; durante duas décadas o sonho do mundo digital não foi contestado. Quem poderia ter previsto, cinco anos atrás, a rapidez e abrangência com que o sonho ia se tornar uma coisa do passado? Hoje ninguém de menos de trinta anos de idade alimenta a menor ilusão do que poderão obter com seus chatíssimos cursos de informática: com muita sorte, não serão mais que passaportes para tarefas repetitivas – isso se o trabalho para o qual você está sendo treinado não tiver sido terceirizado para Bangalore antes de sua formatura. Não é nenhuma surpresa que os *súditos* atuais do mundo da informática olhem para os espertalhões e os camelôs do ciberespaço – os maiores de cinquenta anos que continuam a acreditar na publicidade intensiva da mídia – mais ou menos da mesma maneira que a geração “dos filhos de Reagan” antigamente acreditou nos seus pais da geração dos anos 60 fumando um baseado e contando de novo suas histórias de Woodstock.

Os crentes do mundo do espetáculo são hoje os *webmasters* do Islã revolucionário. São os que se inebriam, a ponto da intoxicação, com

a “desrealização” da política promovida pelo espetáculo. São os que continuam confiando – e a cada ano que passa se tornam ainda mais confiantes – na idéia de que a vida virtual é o caminho para a utopia.

No coração do mundo do espetáculo, o mundo-imagem míngua e se volatiliza, mas fora, na fronteira do consumo, converte-se em um dos principais incitadores de uma nova leva de Terror e martírio, pois oferece aos recém-iniciados em suas técnicas uma *ilusão de eficácia política* que, num mundo de fantasmas, parece bastante verossímil.

Vocês certamente haverão de concluir que há muito para temer nessa nova mutação, e também alguns sinais de esperança. O espetáculo avança de modo galopante, mas é cada vez menos crível. O espetáculo avança celeremente, como o capitalismo em geral, em conseqüência da tendência à queda da taxa de ilusão. O desencantamento do mundo-imagem pode suceder ao desencantamento do mundo em geral. O espetáculo é a principal forma de controle social na presente conjuntura, mas também é uma fonte de crescente instabilidade. A imensa proliferação das tecnologias de produção de imagens indica que uma parcela excessiva da vida cotidiana é capturada e posta em circulação, e submetida à inflexão por parte de poderes que estão fora dos circuitos normais. Em Boston e Miami, o espetáculo obscuro da campanha eleitoral move-se em direção à sua conclusão previamente determinada; em Bagdá, o sangue dos repórteres do canal de televisão Al-Arabiã respinga, ao vivo, diante das câmeras.

Se o espetáculo realmente é, para repetir a frase de Guy Debord, “o capital a um grau de acumulação tal que se torna imagem”, poderemos dizer que, em épocas de crise como a atual, haverá retorno a uma série de medidas de óbvia expropriação da imagem? Como se fará essa expropriação? Que forma tomará a *acumulação primitiva na esfera das aparências*? Talvez se generalize a atitude drástica de Allawi contra a Al-Jazeera.¹¹ Se isso ocorrer, pode-se prever uma intensificação do aparato contraproducente da censura mesquinha e da interferência intencional? Teremos novamente uma televisão *à la* Brejnev e Ceausescu?

“O desencantamento do mundo-imagem pode suceder ao desencantamento do mundo em geral.” “O espetáculo avança celeremente, como o capitalismo em geral, em conseqüência da tendência à queda da taxa de ilusão.” Sei que essas afirmações são fortes e em parte transmitem, inevitavelmente, desejos tomados como realidades. São metáforas, e resta saber se correspondem a instabilidades reais do sistema vigente de controle social. Estou seguro disso. *Alguma coisa* vem mudando nesse sistema. O sufocante pessimismo de Debord – indispensável como é, diante de tudo o que estamos vivendo – já não parece capaz de apreender as brutais insuficiências (as súbitas e instáveis tentativas de dar novo calibre) de um mundo-imagem sob ataque. A situação é melhor e pior do que Debord poderia ter sonhado.

11 O primeiro-ministro iraquiano Yliad Allawi decretou o fechamento dos escritórios da rede de televisão Al-Jazeera em 2004. [N.T.]